

CEDI - P. I. B.
DATA 07, 08, 86
COD. CL 011

ÁREA INDÍGENA ARIPUANÃ
CINTA LARGA

Carmem Junqueira

Março - 1985

ÁREA INDÍGENA ARIPUANÃ - (CINTA LARGA)

Carmem Junqueira
Março-19851. Introdução

No mês de janeiro de 1985, em atendimento à Portaria nº 1809/E de 24 de dezembro de 1984 do Presidente da FUNAI, deslocou-se para Mato Grosso o Grupo de Trabalho formado por Carmen Junqueira, Antropóloga, signatária deste relatório, Francisco Nogueira, Técnico em Agricultura e Pecuária da DPI e Dauberson Monteiro da Silva, Engenheiro Cartógrafo do Interemat, além de Inês Hargreaves, missionária da Operação Anchieta especialmente convidada para compor a equipe. O objetivo da viagem foi desenvolver estudos de Identificação e Levantamento Ocupacional, visando a definição dos limites da Área Indígena Aripuanã, no município do mesmo nome, em Mato Grosso.

A tarefa de definir uma área indígena é, à primeira vista, de extrema simplicidade. Bastaria conhecer o território que os próprios índios definem como seu, mapeá-lo sem nada acrescentar para ter registrado seu habitat imemorial. E, de acordo com o artigo 198 da Constituição Federal, tal definição seria indiscutível, dado que o direito dos índios à terra não se restringe à simples posse, jus possessionis, mas também, e principalmente, ao jus possidendi. Esta é uma relação que "revela o direito que têm seus titulares de possuir a coisa, com o caráter de relação jurídica legítima e utilização imediata" (Silva, José Afonso da - "Auto-aplicabilidade do artigo 198 da Constituição Federal" in Boletim Jurídico, CPI/SP, ano I, nº 3, abril 1984:5). Segundo o conhecido constitucionalista, a mesma idéia está presente no artigo 23



do Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) "quando considera posse do índio, a ocupação efetiva da terra que ele detém de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, e não de acordo com a lei civil, e onde ele habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil" (Silva, J.A., 1984, op. cit. pp. 5).

Mas por força do Decreto 88.118 de 23/2/83 e da Portaria 002 que o regulamenta, outros critérios entram na definição de área indígena, condicionando sua demarcação aos interesses da política econômica. Esse Decreto, considerado por eminentes juristas como inconstitucional, continua entretanto em vigor, disciplinando a demarcação das terras indígenas.

Face a tais constrangimentos, fomos obrigados a definir o território Cinta Larga da área do Aripuanã, discriminando apenas parte da vasta extensão de terra ocupada há milênios por esses índios. Pois, sobre o que é a maior parte do território Cinta Larga, hoje existem cidades, projetos de colonização, estradas, quando não, apenas títulos a serem oportunamente lançados no mercado de especulação imobiliária.

O que restou aos índios foi a faixa de terra entre os rios Guariba e Branco, região que lhes assegura a sobrevivência imediata, mas que também já se acha cercada de ameaças e perigos iminentes.

2. Quem são os Cinta Larga?

O nome Cinta Larga tem sido usado para designar um conjunto de grupos indígenas caçadores, habitantes das terras que se entendem do leste de Rondônia ao noroeste de Mato Grosso. Eles são de fato grupos distintos que se auto-denominam Kabã, Kakĩ e Mã e que têm língua e cultura semelhantes.

Como caçadores que são guardam muitas aproximações com povos caçadores de outras partes do mundo: similaridades no



tocante a aspectos da organização social e mesmo padrões culturais. Esses pontos de contacto identificáveis entre caçadores são, de modo geral, relativos à forma de grupamentos, sempre de pequeno porte e dispersos por amplas faixas territoriais. Cada grupo mantém forte ligação com determinado território e, em que pese à proximidade espacial, o conjunto de grupos não compõe um sistema social fechado. Interação entre si regularmente, tanto através de visitas como de trocas matrimoniais, formando uma comunidade linguística, sem entretanto se fundirem num grupo maior. A quebra da reciprocidade nessas relações chega a gerar com frequência atritos que acabam por instaurar graus diferentes de solidariedade entre eles, o que define a localização de suas aldeias, regulando distância e proximidade entre vizinhos.

Como uma das características marcante de seu estilo de vida é a caça, indivíduos e grupos têm necessariamente que se dispersar à procura de alimento, sendo que as maiores concentrações populacionais pouco excedem a 50 pessoas, evitando-se assim a exaustão acelerada dos recursos. Do ponto de vista material, são poucos os itens que compõem as posses individuais e familiares e, como contrapartida, é alto o nível de igualitarismo.

Ainda de modo geral, organizam-se em grupos patrilineares, formando cada um uma aldeia. Entre eles o acesso aos recursos naturais é livre, mas não permitem penetração de grupos alheios, zelando com afincamento pela integridade do território. Grupos que não participam ou que não são aceitos na comunidade mais ampla das trocas matrimoniais são vistos com desconfiança ou mesmo definidos como inimigos. Esta é a estratégia de defesa da produção e da reprodução interna. Consequentemente, a maioria dos grupos que se distribuem ao longo das fronteiras do território tribal são opositores em potencial.

Os povos caçadores atuais têm sido alvo de muita atenção e interesse nas últimas décadas, por parte da comunidade

científica mundial. Em primeiro lugar, talvez, pelo fato do estilo de vida caçador ter desempenhado um papel importante na história da humanidade. Richard B. Lee e Irven Devore ("Problems in the study of hunters and gatherers" in Man the Hunter, Aldine, Chicago, 1968:3) fornecem dados interessantes sobre esse fato. Mostram como nos 2 milhões de anos da vida humana na face da Terra, 99% do período o Homem viveu como caçador e coletor. Dos 80 bilhões de indivíduos que já existiram, mais de 90% viveu como caçador-coletor; cerca de 6% viveu da agricultura e a pequena porcentagem restante vive e vive em sociedades industriais. Concluem, entre outras coisas, que o estilo de vida caçador foi a adaptação mais persistente e de maior sucesso que o Homem já alcançou.

Evidentemente, os caçadores atuais não são "fosseis vivos". Sua história e sua distância dos ancestrais da humanidade são as mesmas que dos outros grupos humanos (Leacock, E. e Lee, R "Introduction" in Leacock e Lee Politics and history in band societies, Cambridge Univ. Press, Cambridge, 1982:5). Mas a tecnologia que adotam são do maior interesse para a ciência, pois colocam questões sobre o estilo de vida cooperativo, tema de importância crucial para pensar o futuro da humanidade. Leacock e Lee se interrogam: se não há lugar no mundo atual para os povos caçadores, poderá haver um futuro para a humanidade como um todo? (op. cit. 1982:2).

3. Que língua falam?

A língua Cinta Larga pertence ao Tronco Tupi e à família Mondé. Atualmente, com exceção da família Tupi-Guarani, as demais famílias do Tronco Tupi situam-se ao Sul do rio Amazonas e ao Norte do paralelo 14° S (Rodrigues, Aryon - "O Tronco Tupi" in Porantim, ano V, nº 42, 1982:12). São elas as famílias Munduruku, Juruna, Arikém, Mondé, Tupari e Ramarama



e que englobam nada menos que 17 línguas.

Até pouco tempo atrás, supunha-se que a região de origem dos povos de língua Tupi fosse o litoral Atlântico, local densamente povoado por grupos Tupi na época da conquista portuguesa. Entretanto, à medida que se acumularam estudos linguísticos, conclui-se que o centro de irradiação do Tupi estaria localizado nas terras do atual Estado de Rondônia, onde é maior a concentração de línguas e famílias de origem Tupi.

Inverte-se dessa forma o percurso originalmente estabelecido. Os habitantes do litoral brasileiro no século XVI originavam-se de fato de grupos estabelecidos na Bacia Amazônica e que através de diversas ondas migratórias alcançaram e povoaram a costa.

O desenvolvimento dessas línguas imprimiu diferenças variáveis entre elas, ao ponto de algumas serem mutuamente incompreensíveis, embora sua origem remonte a uma só língua do passado, que convencionou-se denominar Proto-Tupi. Essa língua ancestral certamente existiu há milhares de anos e só a continuação dos estudos comparativos permitirá calcular sua antiguidade (Rodrigues, A. op. cit. 1982:12).

Essas informações linguísticas, fruto de estudos acurados, longe de serem curiosidades pré-históricas, testemunham de forma inequívoca a antiguidade de ocupação das áreas indígenas localizadas nos atuais Estados de Rondônia e Mato Grosso. Os Cinta Larga são, desse modo, senhores dessas terras há milênios.

4. Quantos são?

Como apenas uma parcela da população está em contacto com representantes da FUNAI e da Opan, não há registros completos sobre o seu total.



Até 1981 tinham sido localizadas cinco concentrações de aldeias:

- 1) entre os rios Guariba e Branco, afluente do Aripuanã (paralelos 10° e 11°)
- 2) no rio Aripuanã (altura do paralelo 11°)
- 3) no rio Capitão Cardoso (paralelo 11°)
- 4) no rio Roosevelt (paralelo 11°30')
- 5) entre os rios Tenente Marques e Eugênia (imediações do do paralelo 11° 30')

Em sobrevôos realizados em janeiro de 1985 foi possível avistar vestígios de ocupação indígena (capoeiras e derrubadas), pontilhando a região entre os rios Roosevelt e Amarelo, e nas proximidades de confluência dos rios Eugênia com o Capitão Cardoso. É provável que maior número de horas de vôo viesse a permitir a localização dessas e outras aldeias.

Dados de 1981 sobre a população recenseada (registros nominais) apontam a existência de 347 indivíduos, assim distribuídos:

Quadro I - População Cinta Larga em 1981 (§)

| LOCALIZAÇÃO | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|
| Área dos rios Branco e Guariba | 43 | 40 | 83 |
| P.I. Roosevelt | 20 | 20 | 40 |
| Aldeia Capitão Barroca | 38 | 28 | 66 |
| Aldeia do Canário | 15 | 18 | 33 |
| Rio 14 de Abril | 7 | 7 | 14 |
| PIA Serra Morena | 26 | 28 | 54 |
| Dispersos (oriundos e Roosevelt) | 20 | 27 | 47 |
| Dispersos (oriundos de S. Morena) | 5 | 5 | 10 |
| TOTAL | 174 | 173 | 347 |

(§) Fonte: Lima, Carmen Sylvia Junqueira B. - Os Cinta Larga de Serra Morena, relatório de pesquisa, FAPESP, 1981:12



A partir de 1981 novas aldeias foram contactadas nos rios Capitão Cardoso, Eugênia e Tenente Marques, mas até o momento não foram recenseadas.

Em que pese a precaridade de dados, é possível, numa estimativa pessimista, calcular a população total Cinta Larga em torno de 1.000 indivíduos.

5. Estilo de vida: aspectos da cultura e da organização social

Define-se o Cinta Larga como caçador pela importância que a caça ocupa na sua cultura. Não que ela seja a atividade produtiva de maior frequência ou garanta a maior parte da alimentação. Mas o conjunto de valores que sustenta a comunidade tem na caça seu principal e quase exclusivo ponto de referência.

Sociedade masculina por excelência, a figura do caçador é a imagem do provedor de alimentos e do defensor da comunidade. Sua valentia, habilidade e perspicácia são reafirmadas em quase todas as cerimônias através de palavras, danças, músicas e sacrifícios. Ser caçador é ser Homem; é conviver intimamente com a floresta, conhecer suas riquezas, armadilhas, sua força; é saber enfrentar os espíritos ameaçadores que ali exercem seus poderes.

O universo do Cinta Larga é a floresta que ele desde cedo aprende a respeitar e admirar. E é no seu interior que constroem a aldeia, uma ampla casa de palha de açai. Ali se abriga uma linhagem patrilinear. Há preferência em localizá-la perto das águas menores, ou mesmo igarapês. Evitam os grandes e caudalosos rios da região sem entretanto se distanciarem em demasia dos cursos principais.

A canoa foi uma aquisição recente, mas dominam a construção de pontes, improvisadas com paus e cipós.

Nas proximidades da casa estão as roças, os caminhos que levam aos abrigos de caça, aos locais de coleta e de pesca.



Cada aldeia tem território próprio. São áreas exclusivas, que os caçadores percorrem e conhecem profundamente. Nessas andanças o raio de dispersão alcança cerca de 30 km, embora distâncias maiores sejam vencidas quando se trata da coleta.

Por ser grande a mobilidade, as aldeias se espalham, afastam-se umas das outras, garantindo uma relação adequada entre recursos e hábitos de consumo.

Aldeia e floresta, Dois espaços de significado distinto: o primeiro, o reino das crianças, onde as mulheres têm funções ativas. Local de repouso para os homens, cenário das festas e rituais. É na aldeia que os velhos transmitem o saber, enquanto aguardam a morte que os sepultará no chão da casa. A aldeia reúne a alegria da maternidade, o registro dos que já viveram e os marcos da história passada.

A floresta é o lugar destinado aos homens, às incursões em busca da caça, de cuja partilha renascem com novo vigor os laços que unificam a comunidade. É o local da aventura, dos perigos. É a fonte da abundância, e do reencontro com o passado sempre presente nos espaços que outrora abrigaram aldeias e seus mortos.

Esse é o mundo Cinta Larga. Dentro dele organiza-se o trabalho para que haja fartura e bem estar. É possível distinguir duas de suas facetas: as expedições que reúnem uma ou mais famílias e as atividades que se realizam individualmente ou com um ou dois parceiros apenas.

As expedições podem durar dias, semanas ou meses e, embora organizadas com objetivo específico, algumas se desdobram em longas jornadas pelo território. No mais das vezes, as famílias partem de canoa ou embrenham-se na floresta, acampam em abrigos que pontilham as áreas próximas dos melhores locais para a caça ou a pesca. As expedições são organizadas para coletar mel, castanha, taquara para flecha, ou visam o consumo farto, em plena mata, do produto das caçadas ou pescarias. Durante as andanças o ambiente é detidamente observado: o desenvolvimento dos frutos silvestres, das plantas medicinais, das reservas de matéria-prima, enfim, localizam-se as fontes dos re



cursos disponíveis que serão coletados no retorno à aldeia ou em outra oportunidade. Expedições desse tipo parecem constituir o núcleo central do estilo de vida Cinta Larga e, de certa forma, contrastam com a rotina de vida na aldeia.

As atividades individuais, ou que reúnem poucos parceiros, são a pesca, saídas para a caça nas redondezas, trabalho na roça e, nos últimos anos, a extração da borracha. São tarefas que se realizam em poucas horas, sem periodicidade previsível. Alternam-se entre si ou sofrem longas interrupções para dar lugar às expedições, produção de artesanato, ou lazer. Essas atividades ensejam maior sociabilidade comunal, mas também expõem o grupo às desavenças familiares. No mais das vezes, atritos gerados na aldeia são esvaziados, ao menos temporariamente, com a saída de expedições.

Os instrumentos tradicionais de trabalho são poucos: arco, flecha, pau de cavar, fuso para fiar algodão e furadores de múltipla utilização no artesanato. Nas últimas décadas, os instrumentos de pedra ou osso foram substituídos por similares de metal: facão, enxada, machado, faca. Cresceu também o uso de anzóis, fios de náilon e as cobiçadas mas escassas espingardas.

As atividades produtivas obedecem a complexas regras culturais que definem desde a formação das equipes de trabalho até as diferentes modalidades de distribuição. O parentesco serve de base às formas mais generalizadas de cooperação. Irmãos, inclusive os classificatórios, formam a estrutura de sustentação da organização social e política, constituindo um grupo coeso e solidário.

As formas de distribuição ou redistribuição são igualmente complexas e também se inserem na delicada trama das relações políticas que une os diversos grupos Cinta Larga.

À evidente simplicidade tecnológica se contrapõe um complexo sistema de regras e instituições que são os sustentáculos da organização comunal. O casamento é um bom exemplo do princípio básico da reciprocidade que organiza a vida social.



Aparentemente apenas um ordenador da reprodução biológica, ele de fato ultrapassa em muito essa função. Por força de exogamia, é ele que abre o ciclo de reciprocidade entre os diferentes grupos, firmando-se como principal instrumento da política externa. Amizades e alianças entre Kabã, Kakĩ e Mã são seladas no circuito das trocas matrimoniais, enquanto, inversamente, atritos e vinganças explodem a partir da quebra do equilíbrio previsto e esperado. Os arranjos políticos não conseguem por si só assegurar o sucesso das uniões, pois o ajustamento do novo casal repousa também em fatores afetivos. Como consequência, fugas, separações, acusações mútuas podem inviabilizar a aliança planejada. Perturbações desse tipo são comuns e afetam a delicada paz que sustenta os vínculos inter-grupais. Mas, a cada ruptura, inicia-se novo ciclo de negociações a fim de que, além das paixões individuais, seja garantida a autonomia do grupo e a harmonia das relações que constituem a comunidade Cinta Larga como um todo.

6. Território

Um mapa seguro do território indígena é sem dúvida aquele definido pelos próprios Cinta Larga, e que se traduz não apenas no conhecimento minucioso da área que sempre abrigou suas aldeias, mas também na identificação dos inúmeros acidentes geográficos, todos eles nomeados e qualificados.

Perto de uma centena de nomes próprios identificam a ampla área compreendida entre os rios Roosevelt e Juruena, de leste a oeste, e dos paralelos 10º e 12º, no sentido norte/sul. São os locais de aldeias antigas, ou seja, dos cemitérios (Betberei, Inguenei, Zabatoei, Zerea etc.), dos grandes rios (Roosevelt=Ipep a, Juruena=Iup, Amarelo=Ipe i, Branco=Abolupa, Aripuanã= Jip xi, etc), inúmeros córregos e igarapés (Iakwxĩ, Ikāgamā, Ipebõ, Pāzalai, Ikabetê, Tikiripāxi, Babuxi, Ualuxā, Ixakirixi, Amõxi, Xibuiuba etc), cachoeiras,

serras, enormes pedras, locais cercados de atenção especial que preenchem espaços, na sua grande maioria ignorados, des conhecidos pela geografia nacional.

Durante muito tempo, os principais inimigos dos Cinta Larga foram grupos indígenas localizados em áreas contíguas às suas. Histórias dos ataques Rikbatsa, Salumã e Nambiquara são até hoje lembradas pelos guerreiros, pelos parentes das vítimas, com riqueza de detalhes. Eram conflitos sangrentos que se desdobravam ao longo do tempo, num circuito interminável de ataques e contra-ataques que tinham como origem a invasão de território.

Os inimigos eram grupos de língua diferente e com os quais não se mantinha qualquer relação de troca, quer de mulheres, quer de bens. Os confrontos eram então radicais e visavam o extermínio. Estava em jogo a defesa do território, defesa da base material da comunidade.

Os Rikbatsa habitavam as regiões banhadas pelo rio Juruena (limite leste das terras Cinta Larga), os Salumã tinham aldeias junto aos rios Iquê, Doze de Outubro e Juina, afluentes esquerdos do mesmo Juruena (limite sul das terras Cinta Larga), e as aldeias inimigas Nambiquara ocupavam terras próximas às cabeceiras dos rios Roosevelt e Tenente Marques (limites sul e sudoeste das terras Cinta Larga).

A partir da década de 60, entretanto, dois importantes acontecimentos imprimem novo ritmo ao avanço econômico em Rondônia e Mato Grosso; a vasta frente de mineração, anteriormente ocupada por garimpeiros, passa a ser explorada por grandes companhias; a conclusão da estrada Cuiabá-Porto Velho, estabelecendo ligação entre reservas minerais de cassiterita e empresas do sul que operavam com estanho, acelera a ocupação da área.

Tornam-se frequentes os conflitos com a população indígena, expedições levando ao extermínio aldeias inteiras.

Frente a esse perigo maior, as guerras inter-tribais perdem importância ou mesmo ficam inviáveis, deixando de existir.



Mas ainda hoje é relevante lembrá-las porque elas são marcos históricos significativos dos limites do território Cinta Larga.

7. Assistência e proteção

Como foi visto, não existe um grupo Cinta Larga propriamente dito, mas grupos com auto-denominação própria, com lingua e cultura semelhante. Aldeias do mesmo grupo ocupam áreas contíguas, formando concentrações como as acima referidas (pp. 6).

Nos rios Guariba, Branco e Aripuanã está o grupo Kabã, nas demais áreas os sub-grupos Mã: Mã Dut, Mã Gap e Mã Guip. O grupo Kakĩ, bastante reduzido, tem membros dispersos por essas áreas, com alguma concentração no rio Capitão Cardoso.

Os grupos mantêm contactos formais entre si, visando trocas matrimoniais. Essa forma de relação tem a propriedade de criar amigos e fazer inimigos.

A FUNAI conhece essa característica cultural pelo menos desde 1978, pois relatórios internos registram atritos entre diferentes aldeias, alguns culminando com mortes (v. por exemplo, Relatório nº 2/SM/78 do encarregado do PIA Serra Morena ao administrador do PQARI). O que talvez ignore, é que a distribuição espacial dos grupos e aldeias, longe de ser casual, expressa a trama das relações políticas. O uso das distâncias funciona como regulador do equilíbrio e, de certa forma, como regulador da paz inter-grupal.

Lamentavelmente, por vários anos, a política indigenista se orientou na direção oposta à lógica tribal, procurando de modo equivocado reunir diversos grupos numa mesma área. Quando se tratava de atrair remanescentes de aldeias liquidadas pela fronteira e pertencentes ao mesmo grupo, a reunião em princípio era viável. É o caso, por exemplo, da atração para Serra Morena dos índios das cabeceiras do Aripuanã e do



rio Vermelho que pertenciam igualmente ao grupo Kabã. É claro que não se justifica a transferência de grupos e, como outras, a atração para Serra Morena foi um ato ilegal e violento.

Tentativas de reunir grupos diferentes da área de um mesmo Posto foram até hoje infrutíferas e algumas vezes geraram problemas graves. O mais comum é os índios entrarem em atrito entre si, desdobrando-se a disputa pelo território em disputa pela exclusividade dos serviços assistenciais prestados pela FUNAI. O incidente ocorrido em 1971 no recém-instalado P.I. Roosevelt, no qual foram mortos dois funcionários, pode ser interpretado como decorrência desse tipo de equívoco na atuação indigenista. Fatos dessa natureza não se repetem com frequência graças à dispersão da população que, por si só, restringe a capacidade de atração exercida por um mesmo Posto.

Até recentemente, apenas dois Postos prestavam assistência aos Cinta Larga: Posto Indígena Roosevelt e Posto Indígena de Atração Serra Morena. Em 1983 mais três foram criados: PI Capitão Cardoso (Portaria 849/N), PI Tenente Marques (Portaria 850/N) e PI Rio Preto (Portaria 851/N). Além do apoio local, o Parque tem em Riozinho (RO) um entreposto onde funciona o serviço de atendimento médico. Pacientes mais graves são enviados a hospitais em Cacoal (RO). De modo geral, os serviços de saúde são de má qualidade.

Com exceção do PI Roosevelt, durante a estação seca, o acesso aos demais Postos só é possível por via aérea, o que torna os serviços de assistência bastante caros. Por terra há, evidentemente, uma rede extensa de caminhos que os índios utilizam com frequência e que fazem ligação entre aldeias e fontes de recursos básicos, outros oferecendo acesso a fazendas, estradas e cidades vizinhas.

Do mesmo modo que a localização da aldeia não é aleatória, o traçado dos caminhos é feito em função da distância a ser percorrida, do número de pernoites previsto e do alimento



disponível no trajeto. E parece não haver muita dúvida de que a assistência será tanto mais eficaz quanto mais próxima estiver das soluções encontradas pelos índios. Ou dizendo de outro modo, a assistência correta respeita as formas de organização e funcionamento da vida social indígena; torna-se ela mesma ato de reafirmação do direito à diferença.

Para atender esses requisitos é necessário cultivar o respeito pelas populações culturalmente diferenciadas. Mas também é necessário tomar providências concretas para sua defesa. Para a área Cinta Larga é de grande urgência a instalação de postos de vigilância nos locais mais expostos a invasões: rio 14 de Abril, cabeceiras do rio Roosevelt, junto aos limites da colonização de Juina e respectiva hidrelétrica, na confluência do rio Roosevelt e córrego Jacutinga, no rio Guariuba. Trata-se de pontilhar os limites externos do território com a presença da FUNAI, que assim terá melhores condições de defender o patrimônio indígena.

Finalmente, os serviços de saúde e de assistência devem procurar interferir o mínimo na rotina de vida da comunidade, sendo absolutamente desaconselhável a implantação de projetos agrícolas formulados e dirigidos pela FUNAI e envolvendo trabalho dos índios.

A assistência mal conduzida pode se transformar em ameaça à comunidade; ameaça temível porque dissimulada em proteção.

8. A grande ameaça

1963 foi um ano trágico para os povos indígenas: em agosto, uma aldeia Pakaa Nova foi atacada pela expedição de um seringueiro. Morreram crianças e adultos. Um mês antes, os índios Canela do Maranhão tiveram uma aldeia incendiada, mortos e feridos. Este foi um dos ataques, de uma longa série, levada a cabo por bandoleiros, contratados por proprietários ru-

rais e autoridades públicas da região. Finalmente, em novembro, um grupo Cinta Larga é violentamente dizimado quando construiu suas moradias na margem do rio Aripuanã. O evento, conhecido como "massacre do paralelo 11", veio a público quando um seringueiro, membro da expedição, denunciou o crime. Revoltado, porque caminhou 58 dias pela mata para finalmente não receber os "cinquenta contos" prometidos pela empreitada, resolveu delatar os companheiros e os mandantes do massacre (Ministério da Agricultura, SPI - Documento enviado pelo Chefe da 6a. T.R. José Baptista Ferreira Filho, ao Comandante do 16º B.C., Cuiabá 7/12/63).

Esses atos criminosos não constituíram fatos isolados; têm origem nas sucessivas invasões de territórios tribais que se seguem à abertura de estradas de penetração que tornam imediatamente acessível amplas áreas ricas em produtos florestais e minerais. A exploração econômica desses recursos tem implicado, via de regra, no desalojamento ou no aniquilamento dos grupos indígenas. Igualmente grave é que a impunidade dos culpados favorece a institucionalização do massacre indígena como padrão habitual de conduta em áreas pioneiras.

Nesse contexto de expansão de fronteira e violência, a população Cinta Larga foi vítima de inúmeros atentados, sofrendo acentuada redução. Francisco Meirelles chegou a calcular a população na época dos primeiros contactos em torno de 3 a 5 mil pessoas. Mesmo considerando que os Suruí, então denominados Cinta Larga, estivessem aí incluídos, a depopulação foi drástica, pois em 1975 estimava-se a existência de 1750 índios (Schwade, E. - Levantamento Demográfico dos Povos Indígenas do Brasil, CIMI, 1978 mimeo). Hoje há cerca de 1.000 Cinta Larga.

O "massacre do paralelo 11", divulgado e comentado internacionalmente, foi usado para ilustrar a política indigenista brasileira, qualificada então de etnocida. O mundo se estarcia diante da frieza e dos requintes de crueldade que marcaram esse massacre, que por certo não foi o primeiro, nem o



único, mas tão somente o que veio a público.

A partir da década de 60, nada detém os garimpeiros que continuam a invadir o território Cinta Larga, enfrentando a resistência dos índios. Em 1966, o Posto Telegráfico de Vilhena é atacado. Jornais da época afirmam tratar-se de represa à invasão do território indígena por garimpeiros (Jornal do Brasil 27/5/66). O Prefeito de Aripuanã chega a solicitar proteção à FUNAI contra os Cinta Larga que haviam matado um garimpeiro e ferido outros três (O Estado de São Paulo 24/5/68). Investigações posteriores revelaram que os garimpeiros foram atacados por terem invadido terras Cinta Larga, e o Prefeito foi acusado pela FUNAI de haver construído um campo de pouso no centro da área indígena (Jornal do Brasil 11/5/69), então área indígena interditada (Of. 58-A de 24/5/68 do Delegado Ministerial da FNI ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso).

Com o aumento das pressões sobre as terras, a FUNAI organiza uma expedição de "pacificação", isto é, expedição com o objetivo de estabelecer contacto pacífico e neutralizar reações indígenas. (O Estado de São Paulo 31/5/68).

Em 16 de julho de 1968, é interditada uma ampla área que se estendia do paralelo 11° ao 13°30' e meridiano 58°30' a 60°30', cobrindo as terras entre os rios Roosevelt e Jurue na (oeste/leste) e rio Camararé até o igarapé Jacutinga, afluente da margem direita do rio Roosevelt (Decreto nº 62.995). Um ano mais tarde é criado o Parque Indígena do Aripuanã, acompanhando os limites da área interditada (Decreto nº 64.860 de 23/7/69). O traçado, embora abrangesse vários grupamentos, deixava de fora aldeias localizadas mais ao norte, entre os rios Branco, afluente do Aripuanã e o Guariba, além dos grupos Suruí de Rondônia.

9. Assalto às terras indígenas.

Fazendo eco ao Programa de Integração Nacional (PIN), divulgado pelo Governo Federal em 1970 e que visava estimular a colonização na Amazônia, são lançadas as bases para o Projeto Aripuanã, no município do mesmo nome em Mato Grosso. Em convênio assinado em janeiro de 1973, entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Interior e o Governo do Estado de Mato Grosso, estabelecem-se as bases preliminares para o desenvolvimento do Projeto, que incluía a realização de estudos conjuntos, para um planejamento integrado do município e a criação do núcleo inicial do Projeto, denominado Núcleo Pioneiro de Humboldt.

Criou-se ainda o Grupo Especial do Projeto Aripuanã, a ser instalado em Brasília, no Instituto de Planejamento-IPLAM, da Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPEA, e coordenado pelo superintendente adjunto do IPLAM, Maurício Rangel Reis. O Grupo Especial tinha o prazo de sessenta dias para apresentar seu primeiro relatório contendo medidas iniciais para a implantação do Projeto.

Caberia ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral fornecer os recursos necessários para a execução dos trabalhos, que ficaram a cargo da CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso). Tal fato representava, por si, grave ameaça aos índios e suas terras. São bastante conhecidas as conclusões da CPI da Terra, realizada em 1977 e que destacam a CODEMAT como órgão que atua na concessão de grandes áreas a grandes grupos, valendo apenas mencionar o escândalo



da venda de terras devolutas no município de Aripuanã" (1).

O município de Aripuanã fica ao norte do Estado, a 800 km de Cuiabá e tem cerca de 140 mil km². A população registrada pelo Censo de 1970 era de 2.142 habitantes. Segundo o Projeto RADAM são grandes as riquezas minerais da área: estanho, manganês, ferro, diamante e titânio.

(1) O Relatório da Comissão registrava que o governo de Mato Grosso tinha sido autorizado pelo Senado Federal a transferir para a CODEMAT" uma área de 2 milhões de hectares para alienação a terceiros, sob as condições especificadas e em licitação públicas". Em 24 de setembro de 1973, o Governador do Estado homologou o parecer da Comissão Julgadora, que apresentava como vencedores da licitação: Conisa Ltda - 400 mil hectares; Rendani Empreendimentos - 1 milhão de hectares; João Carlos de Souza Meirelles - 200 mil hectares; e Indeco S/A - 400 mil hectares.

Foram constatadas pelo CPI as seguintes irregularidades; a) dupla venda de terras pelo Governo do Estado; b) parte da área licitada encontrava-se sub-judice; c) não obediência a dispositivos do Estatuto da Terra; d) não observância aos princípios básicos da licitação; e) capacidade técnica e financeira dos licitantes não comprovada; f) outorga de escrituras definitivas sem observação dos prazos contratuais - inventário de fim de Governo; g) outorga de escrituras definitivas antes da implantação de 50% das obras de infra-estrutura - exigência contratual; h) outorga de escrituras definitivas antes de aprovação dos projetos definitivos pelos órgãos competentes (INCRA, SUDAM etc); i) venda sem discriminatória da área licitada; j) outras irregularidades. Cf. Relatório da Comissão, Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Atividades Ligadas ao Sistema Fundiário em Todo Território Nacional, "Situação Fundiária no Estado de Mato Grosso", pp.94.101.



O Núcleo Pioneiro de Humboldt seria instalado às margens do rio Aripuanã, ao lado de duas cachoeiras com potencial estimado em 600 mil HP.

Em março de 1973, no Simpósio sobre o futuro dos índios Cinta Larga, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso, foram debatidos os graves problemas vividos pelos índios em decorrência desses projetos governamentais. O encontro reuniu antropólogos, indigenistas, missionários e autoridades públicas. O Prefeito do Município de Aripuanã, nomeado pelo então governador do Estado de Mato Grosso, José Fragelli, destacou a importância dos trabalhos e serem desenvolvidos na área, em especial o estabelecimento da ligação do Município com o restante do Estado. A princípio isso seria feito através de uma estrada ligando o Núcleo Pioneiro de Humboldt a Fontanillas, na margem esquerda do rio Juruena. A estrada passaria dentro do Parque Indígena do Aripuanã, no seu limite leste entre os rios Aripuanã e Juruena, e numa extensão de 80 km.

Em agosto de 1972, o missionário Pe. Thomaz Lisboa havia localizado uma aldeia Cinta Larga no rio Vermelho (afluente do Juruena), ocasião em que solicitou às autoridades responsáveis pelo Projeto a interrupção dos trabalhos da estrada. Em outubro, sobrevoando a área, Pe. Thomaz verificou que os trabalhos da estrada continuavam, pondo em risco a existência da aldeia. Na mesma época, o jornal Equipe de Cuiabá (31/10/72) comentava no seu editorial, em tom sarcástico, que parte da área por onde passaria a estrada seria doada da Federação ao Estado de Mato Grosso, "mediante a extinção, redução ou a transferência do atual Parque Indígena".

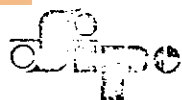
As pressões para reduzir a área do Parque se avolumaram. Ainda em 1971, o Prefeito de Aripuanã, Sebastião Otoni de Carvalho Sobrinho, encaminhou uma exposição de motivos ao Ministro do Interior, General Costa Cavalcante, pedindo a redução do Parque (Prefeitura Municipal de Aripuanã, Brasília 6/10/71 s/n). Pedidos do mesmo teor foram encaminhados ao Comandante

Diário

da 9a. Região Militar, General Reynaldo Mello de Almeida (Prefeitura Municipal de Aripuanã, Of. nº 50/72, Campo Grande 21/7/72). e, um ano mais tarde, ao Deputado Federal General Alípio Ayres de Carvalho. A este último o Prefeito solicita que se empenhe junto à Presidência da FUNAI para obter a liberação da área (Prefeitura Municipal de Aripuanã, Cuiabá 23/2/73, s/n). Em abril do mesmo ano, o Deputado General Alípio Carvalho encaminhava ao Presidente da FUNAI, General Oscar Bandeira de Mello, carta reafirmando o pedido do Prefeito de Aripuanã: "acresce que o assunto exposto é também do interesse de vários amigos meus do Paraná, que numa corrida natural, após o alto desenvolvimento do Estado, procuram as terras de Mato Grosso para ali realizarem outra grande obra, pelo bem do País, como já o fizeram em nosso Estado" (Câmara dos Deputados, Brasília 13/4/73, s/n).

Em janeiro de 1974, os limites do Parque Indígena do Aripuanã são alterados (Decreto nº 73.563 de 24/1/74). De uma área original de 3.600.000 hectares passa a ter 1.672.000 ha. Simultaneamente, o Projeto Humboldt distancia-se das metas científicas propostas na sua criação, assumindo caráter apenas empresarial. Quando da visita do General Ernesto Geisel à Universidade Federal de Mato Grosso, no início de 1974, a gerência-geral do Projeto faz-lhe a entrega de um estudo sobre a melhor orientação a ser dada à cidade laboratório de Humboldt: tratava-se de criar mecanismos para o fortalecimento do empreariado na Amazônia. Entre as medidas concretas, Geisel sugere a importância da retomada de seringais nativos da região para atender necessidades vitais da indústria automobilística. Os técnicos do Projeto antevêm a possibilidade de explorar um imenso seringal nos vales dos rios Aripuanã e Branco, com mercado para cerca de 100 famílias, ainda em 1974, emprego de tecnologia moderna e mecanização da coleta (O Estado de São Paulo 24/2/74).

Um mês antes, os moradores de Humboldt foram surpreendidos com a visita de um grupo de índios Cinta Larga, que ali



chegava com o intuito de "pacificar" o branco. A visita seguiu-se forte epidemia de gripe que causou muitas mortes entre os índios (O Estado de São Paulo 15/1/74). O Projeto estava colado ao território indígena.

Várias crises administrativas e políticas atingiram o Projeto, e a cidade laboratório de Humboldt, implantada em 1973 às margens do rio Aripuanã, foi aos poucos sendo desativada (2).

Alertada de que muitas aldeias tinham ficado fora dos limites do Parque, a FUNAI obtém a interdição de áreas à margem esquerda do rio Roosevelt (RO) e margem direita do rio Aripuanã (MT) (Decreto nº 73.562 de 24/1/74), estendendo proteção a outras aldeias Cinta Larga, embora por tempo limitado, pois em 1976 parte da interdição é declarada sem efeito (Decreto nº 78.108 de 22/7/76).

Em 1975 tem início a execução do Polo Aripuanã, parte do Programa Polomazônia, que inclui a implantação de um projeto de colonização, a construção da rodovia AR-1 e de uma cidade em sua área de influência. Situada entre os rios Aripuanã e Juína Mirim, a área do projeto abrangia cerca de 411.000 ha. Em 1976, definiu-se o local para a localização do núcleo urbano. Esta era a 1ª. Fase do Projeto Juína, que teve execução efetiva em 1977, um ano antes do início da ocupação dos primeiros lotes.

Em julho de 1979 a população assentada no Projeto era de 2.828 habitantes, sendo 807 na área urbana e 2.021 na rural. Em 1981 a população subia para quase 15.000 habitantes, dos quais cerca de 10.000 na área rural.

Tendo cerca de 700 km de estradas vicinais, o projeto

(2) Apesar da decadência do Projeto, a cidade de Aripuanã, situada a poucos metros das instalações de Humboldt, tomou algum impulso, tornando-se sede da Prefeitura Municipal. A antiga sede, chamada igualmente Aripuanã, ficava no rio Roosevelt, na altura do rio Panelas.



Juina fica colado à área indígena de Serra Morena, sendo constantemente visitado pelos índios. Os contactos, sempre mais frequentes, têm sido responsáveis pela penetração de doenças nas aldeias, agravando a situação geral de saúde.

Enquanto progredia a ocupação dessas terras e se multiplicava os perigos a que ficava exposta a população de Serra Morena, ao norte da área a situação era igualmente grave, colocando em risco inúmeras aldeias Kabã, localizadas fora dos limites do Parque.

9. Os Cinta Larga da região dos rios Branco e Guariba

De fato, em nenhum momento desenvolveu-se esforço sistemático para a localização das terras Cinta Larga. Basta ver os limites provisórios de interdição oferecidos em 1968 pelo sertanista João Américo Peret, responsável pelo levantamento de áreas indígenas da "Operação Cinta Larga" (Of. nº 172 de 18/6/1968). Ficam fora da proposta todas as aldeias da margem direita do rio Aripuanã, área certamente sobrevoada pelo sertanista, assim como todo o território mais ao norte, compreendido entre os paralelos 10° e 11° S e meridianos 59°30' e 60°15' W, que não é sequer mencionado embora abrigasse densa população indígena.

Mesmo o Decreto nº 62.995 (de 16/7/68), que interdita área maior que a proposta pelo sertanista, não abrange as aldeias do rio Aripuanã, Branco e Guariba. Certamente a FUNAI não ignorava a presença indígena na área, dado que o próprio Prefeito da cidade de Aripuanã a ela recorreu pedindo "proteção contra os Cinta Larga" que, de fato, repeliam os invasores que pelo menos desde o início da década penetravam em seu território (O Estado de São Paulo 24/5/68 e 28/5/68).

Em 1975, o Presidente da FUNAI, General Ismarth de Araujo Oliveira, assinava certidão negativa da existência de aldeamentos indígenas na área (longitude de 9°54' a 10°56' e lati-

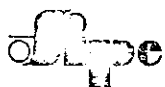
tude de 60°01' a 60°33'), em benefício da empresa João Lunar delli S/A (Certidão nº 00026 de 11/3/75).

A presença indígena é confirmada pelo Administrador do Parque, Aimorê Cunha da Silva, em viagem ao rio Branco. Como medida preliminar solicita vistoria na área, com vistas à interdição (Of. nº 17 de 7/3/77, citado no Relatório anexo ao Of. 029/PQARI/78 de 3/11/78). Em 1978, o mesmo Administrador encaminha ao Departamento Geral de Operações da FUNAI em Brasília proposta de interdição das terras entre o rio Aripuanã e o meridiano 60°, no sentido leste/oeste, e do paralelo 10° ao limite norte do Parque Indígena do Aripuanã, no sentido norte/sul (Of. 029/PQARI/78 de 3/11/78).

A área é interditada pela Portaria 562/N de 14/3/79, com algumas alterações na proposta original, no limite leste. E lamentavelmente, a interdição não abrangia a totalidade do território, deixando fora as aldeias dos rios Guariba e Capitão Cardoso. A região permanecia assim em mãos da empresa João Lunardelli S/A, contemplada com uma certidão negativa sobre área indígena. A Equipe da Pastoral Indigenista da Prelazia de Rondônia (Ji-Paraná) fez um levantamento minucioso, percorrendo a área por terra e avião. Em 1981, enviou à FUNAI proposta de nova delimitação da área interditada, que abrangia todas as aldeias recenseadas.

Na viagem à área realizada em janeiro último foi possível avaliar as duas propostas de definição do território indígena. Parte da área abrangida pela interdição, entre os rios Aripuanã e Branco, não está sendo utilizada pelos índios. Além disso apresenta os seguintes pontos problemáticos:

O Intermat com base numa falha técnica do memorial descritivo da Portaria 562/N/79 da FUNAI estabeleceu limites para a Gleba Aripuanã que adentram a área interditada na divisa leste. Extensa faixa de terra foi rapidamente invadida e o Estado já iniciou a demarcação de lotes para os posseiros. Na mesma ocasião, o Intermat alertou a FUNAI sobre invasões na área indígena contígua à Gleba Aripuanã (Intermat, Secretaria da Justiça, Mato Grosso, Of. AP/nº 49 de 8/8/83).



Segundo informações obtidas na região, os invasores são: fazendas do Henrique e do Libório, antigos posseiros e moradores da região. Ambos pretendem uma posse de cerca de 10.000 ha, na margem direita do rio Branco. No mesmo rio, mais abaixo, existe uma velha capoeira que está sendo roçada por Galindo, que pretende estender seus direitos de posse dos limites do Henrique até o paralelo 10°. Há ainda notícias de que cerca de 15 moradores de Juina, estimulados pelo dono de uma imobiliária, Sr. Luís, estão abrindo picadas demarcatórias entre os rios Lontra e Branco, para áreas entre 1.000 e 5.000 ha. Informados de que se tratava de área indígena, prosseguiram na demarcação com esperança de regularizar as posses.

A proposta de demarcação elaborada pela Prelazia de Rondônia sugere que essa faixa de terra, compreendida entre a margem direita do rio Branco e a esquerda do Aripuanã, seja liberada para o Estado de Mato Grosso. Como são terras raramente usadas pelos índios é foco de tensões, conflitos e invasões, a sugestão parece correta.

Mas o ponto mais importante da proposta da Prelazia é a inclusão das terras situadas entre o meridiano 60° e o rio Guariba. Com isso torna-se possível assegurar maior proteção às aldeias da região, estabelecendo-se um limite natural, o rio Guariba, o que facilita a vigilância. Esse pedaço de terra além de abrigar aldeias, cemitérios, zonas de caça e pesca, inclui a mais importante e última reserva de taquara que os índios contam.

10. Proposta de demarcação

A presente proposta ampara-se em dados obtidos nos arquivos da FUNAI (Brasília, Porto Velho e Riozinho); informações de missionários da OPAN (Operação Anchieta) que atuam na região desde 1979 e conhecem bastante bem o território e as aldeias; dados da pesquisa etnológica sobre os Cinta Larga que



realizamos desde 1978; observações feitas na viagem à área em janeiro último e informações, depoimentos e definições dos próprios índios.

Afora pequenos detalhes, esta proposta acompanha a da Prelazia de Rondônia que apresenta as soluções mais corretas e condizentes com a realidade indígena.

A área definida pela Prelazia é efetivamente ocupada pelo grupo Cinta Larga que ali mantém abrigos, locais de caça, coleta e pesca, além de 14 aldeias.

É importante lembrar que a tradição cultural desses índios define um padrão de construção de aldeia com apenas uma ampla casa, abrigando uma linhagem que mantém controle sobre o território onde desenvolve atividades de subsistência. Dessa forma, cada aldeia tem locais exclusivos de caça, coleta, pesca e instalação de roças. A área de residência muda periodicamente, com intervalo aproximado de cinco anos, em atendimento a fatores ecológicos e religiosos, sem entretanto sair dos limites da terra definida como pertencente à patrilinearidade.

Por serem caçadores e coletores, os Cinta Larga têm grande mobilidade, mas em nenhuma hipótese o território por onde se deslocam pode ser classificado "área de perambulação", no sentido vulgar do termo que sugere território para passear ou vaguear. Trata-se de área de ocupação efetiva e da qual retiram recursos para a sobrevivência, num sistema de rodízio que preserva o equilíbrio ecológico das matas.

Dessa forma, a aldeia marca a área das roças novas, das festas e cerimônias etc., permanecendo em locais mais distantes as áreas de coleta, pesca e as roças antigas. É o mesmo que dizer que o local de trabalho não coincide totalmente com o local da moradia.

Como o raio de dispersão do grupo oscila em torno de 30 km, é bastante ampla a ocupação do espaço, dentro dos limites do território de cada grupo. Pesquisas arqueológicas podem ilustrar claramente esses fatos, mostrando tanto a antiguidade



da ocupação como a cronologia dos deslocamentos dentro de uma área circunscrita.

O território proposto, cujo memorial descritivo se encontra no Anexo I, é muitas vezes inferior ao tradicionalmente ocupado pelos índios, mas tem a vantagem de ser o berço, o ponto focal da irradiação dos Kabã. Conjuga, dessa forma, dupla importância; é terra ancestral, local da criação e de eventos míticos, ao mesmo tempo que, por ter contado com grande população, serve de repouso para os antepassados dos índios atuais, abrigando inúmeros cemitérios e locais sagrados.

A área é integralmente ocupada pelo grupo Kabã, exceto na sua porção sul/sudoeste onde tem início a fronteira do território Mã e suas aldeias. No mapa constante do Anexo II assinamos os seguintes marcos de ocupação:

- a) aldeia: tradicionalmente formada por uma ampla casa, pode nos dias atuais conter ainda construções secundárias, destinadas a afazeres domésticos, depósito etc. A aldeia engloba, além da moradia, o pátio cerimonial, as saídas para os diversos caminhos de comunicação, as roças familiares. Sob a casa são sepultados os mortos. Em se tratando de dono de casa ou pessoa de prestígio semelhante, além da fogueira onde são incinerados os objetos pessoais do morto, a própria casa é queimada. Nesse sentido, a aldeia ocupada é um local de trabalho, centralização de atividades, repouso etc. Ao ser destruída ganha outro sentido por encerrar o corpo do seu dono, geralmente líder da linhagem.
- b) aldeia antiga: significa área de cemitério. Contém ainda roças onde são colhidos vários produtos como cará, algodão, urucu, frutas como mamão e banana. A aldeia antiga representa reserva de alimento disponível e matéria prima para os membros patrilinear, sendo visitada com frequência.
- c) território de caça, pesca e coleta: área de uso coletivo âmbito da aldeia. Parentes reais ou classificatórios podem



ter acesso a ele durante a permanência na aldeia. Os acampamentos de caça localizam-se quase sempre nas cabeceiras dos rios e igarapês. A divisão do território obedece definições e qualificações complexas, aceitas e respeitadas por todos os Cinta Larga.

- d) Coleta de borracha: nos últimos anos os índios iniciaram a coleta de borracha, ainda que de modo assistemático. Os se ringais, de uso familiar, são discriminados em comum acordo e a partir das decisões tomadas na aldeia.
- e) Início do território Mã: trata-se da área interdita em 1968 (Decreto nº 62.995) e assim mantida em 1969 (v. Decreto 64.860), que engloba as terras entre os rios Roosevelt e o córrego Jacutinga. As aldeias não foram visitadas, ten do sido localizadas duas delas no sobrevôo. Sabe-se entretanto que abrigam membros da patrilinearidade de Amĩ Sut (Amĩ Sura), guerreiro temido na região.

11. Considerações e recomendações finais: é urgente a demarcação da área proposta, a fim de tornar possível a implantação de um sistema de vigilância dos limites. Com exceção do limite sul que confronta com terras do Parque Indígena do Aripuanã, os demais estão expostos a invasões.

A Prefeitura de Aripuanã tem planos de abrir uma estrada destinada a atender ao assentamento de posseiros e escoamento de produção. O traçado previsto deverá cruzar o rio Aripuanã, beirando o igarapé Guaribal até a sua barra com o Arraia, para daí seguir no rumo norte até o paralelo 10º, num ponto próximo ao meridiano 59º30'. A partir desse ponto, o prosseguimento da estrada ficará a cargo de particulares, acompanhando o paralelo 10º até o rio Guariba. Não há dúvida de que o empreendimento, colado ao limite norte da área indígena, irá fa cilitar invasões. A FUNAI deve estabelecer um sistema de poli ciamento continuado desse limite, e também uma faixa de segu rança na altura do paralelo 10º, deslocando o traçado da es-

trada mais para o norte, no trecho entre os rios Branco e Guariba.

Na região compreendida pelos rios Guariba, Roosevelt e Capitão Cardoso há problemas graves. O Estado de Mato Grosso tem tentado se apossar dessas terras da União, embora parte delas esteja interdita desde 1968 (ver referência acima sobre o território Mã). A comissão Especial de Discriminação de Terras Devolutas do Estado de Mato Grosso, do Interamat, relaciona tanto processos de títulos definitivos como provisórios, expedidos através de licitação, sobre glebas que incidem na terra indígena, atingindo as áreas de aldeias, roças, locais de caça, pesca e coleta que se distribuem ao longo dos rios Roosevelt e Guariba. Até o momento, os portadores de títulos não ocuparam a terra.

Sabe-se que a Prefeita de Espigão d'Oeste (RO) tem pretensões de abrir uma estrada ligando essa cidade ao rio Capitão Cardoso. O cunhado dessa autoridade, conhecido pelo nome de Robertão, invadiu uma área de mais de 800 alqueires nas terras Cinta Larga do PI Roosevelt, para onde pretende levar grande quantidade de gado (informação do Sr. Antonio Francisco Duarte, que declara trabalhar para o Sr. Robertão).

Há outros problemas mais ao norte, antes do rio Guariba cruzar o paralelo 10°: no final de 1982 a fazenda Santa Helena abriu um picadão na margem direita do rio Guariba, adentrando área indígena, na proximidade de duas aldeias. Pista de pouso e benfeitorias localizam-se na margem esquerda do rio, derrubadas e pastos na margem direita. Continuando no rumo norte, há na margem direita a pista conhecida como do Beckman, cujas benfeitorias localizam-se na margem esquerda. No mesmo trajeto, foi aberta recentemente outra pista de pouso, também na margem direita, empreitada pelo Sr. Rodrigo Espanhol, a serviço do Sr. Penfield. Segundo declarações do Prefeito de Aripuanã, as terras do Sr. Penfield estão na margem esquerda do Guariba, ficando a pista na margem oposta por pretender se beneficiar da estrada planejada na extensão do paralelo 10°.



Estes dados mostram claramente a necessidade da imediata demarcação da área, acompanhada da retirada dos invasores e da anulação de títulos expedidos sobre terra indígena.

Merece atenção o traçado de três projetos de estrada que pretendem cortar em extensão significativa o território Cinta Larga, segundo o Mapa Rodoviário do Dermat (1982):

- a) A BR-174 (federal) que parte da 319 (estadual Vilhena Juina, 85 km adiante de Vilhena, aproximadamente, e segue para o norte por terras situadas entre os rios Eugênia e Tenente Marques, acompanhando em seguida o curso do rio Guariba, margem direita, em direção a Manaus. Passa dessa forma no território das aldeias dos rios Eugênia, Tenente Marques e Guariba, sendo que neste último dentro das próprias aldeias.
- b) A 311 (estadual) que é continuação de outra já implantada e que sai das proximidades de Espigão d'Oeste. Cruza o rio Roosevelt, um pouco acima da foz do rio Capitão Cardoso e, portanto, no território das aldeias assistidas pelo PI Capitão Cardoso. Cruza este último rio em direção à cidade de Aripuanã, quando corta as cabeceiras do rio Branco, atingindo as terras de diversas aldeias Cinta Larga situadas ao norte do Parque Indígena do Aripuanã.
- c) Finalmente, a 208 (estadual) que sai da cidade de Aripuanã em direção a Ariquemes (RO) e corta os rios Branco e Guariba, passando dentro de seis ou mais aldeias situadas na Área Interditada Aripuanã.

Os três projetos não podem ter prosseguimento sob pena de, ao retalhar o território Cinta Larga, expor essas populações ao extermínio.

Vê-se que são inúmeras as ameaças que pairam sobre os índios: forte pressão pela terra, irradiando da cidade de Aripuanã, a leste, onde as invasões têm-se intensificado nos últimos meses; projetos do Interemat a oeste, ignorando terra e



aldeias indígenas ao longo do rio Guariba; ao norte, grandes extensões de terra, apontadas como sendo de Marinho Brandão, abertas à penetração significam ameaça constante à integridade do território Cinta Larga, seja através da estrada de garimpeiros, posseiros, madeireiras, e caçadores de pele, entre outros.

A área aqui proposta ao mesmo tempo em que irá garantir a sobrevivência dessa sociedade milenar, permitirá igualmente a preservação das cabeceiras dos rios e inúmeros igarapés que servem a região, e a preservação da própria floresta.

São Paulo, 8 de março de 1985.